

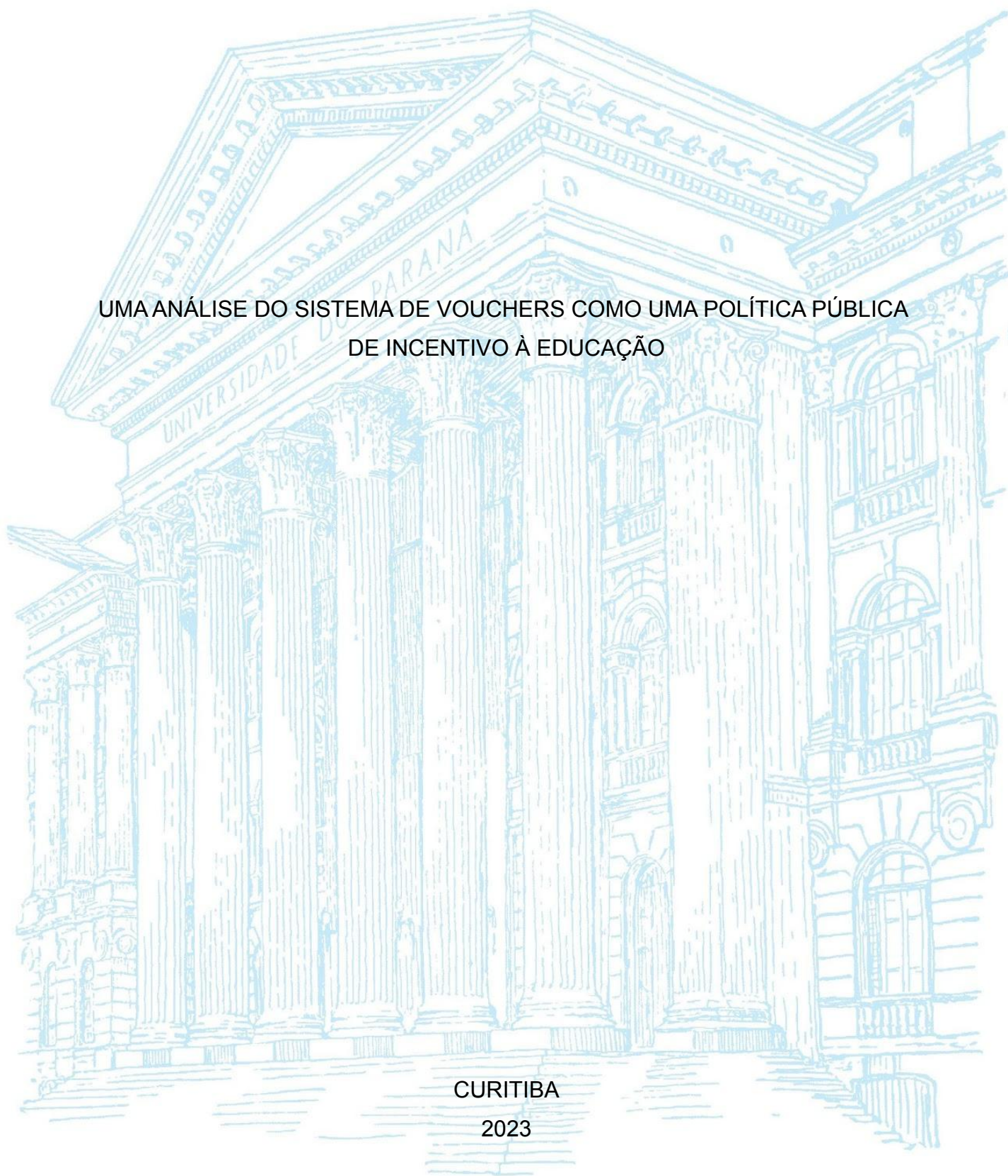
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LARISSA CARDOSO DE MELO

UMA ANÁLISE DO SISTEMA DE VOUCHERS COMO UMA POLÍTICA PÚBLICA
DE INCENTIVO À EDUCAÇÃO

CURITIBA

2023



LARISSA CARDOSO DE MELO

UMA ANÁLISE DO SISTEMA DE VOUCHERS COMO UMA POLÍTICA PÚBLICA
DE INCENTIVO À EDUCAÇÃO

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador(a): Prof(a). Dr(a) Raquel Rangel de Meireles Guimarães

CURITIBA

2023

TERMO DE APROVAÇÃO

LARISSA CARDOSO DE MELO

UMA ANÁLISE DO SISTEMA DE VOUCHERS COMO UMA POLÍTICA PÚBLICA DE INCENTIVO À EDUCAÇÃO

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Prof(a). Dr(a)./Msc. _____

Orientador(a) – Departamento _____, INSTITUIÇÃO

Prof(a). Dr(a)./Msc. _____

Departamento _____, INSTITUIÇÃO

Prof(a). Dr(a)./Msc. _____

Departamento _____, INSTITUIÇÃO

Curitiba, __ de _____ de 2023.

Este trabalho de pesquisa é inteiramente dedicado ao meu pai e ao meu irmão. Os dois maiores incentivadores das realizações dos meus sonhos.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de primeiramente agradecer à Deus, obrigada pelos teus planos para minha vida, pois são sempre maiores que meus próprios sonhos. À minha tão amada família, pelo amor e incentivo incondicional que estiveram ao meu lado em momentos difíceis. Principalmente ao meu pai Sidnei de Melo que sempre será meu principal exemplo de vida, obrigada por todos os conselhos que tiveram papel tão significativo no meu desenvolvimento. Ao meu irmão Jean Cardoso de Melo, que a cada dia me ensina como o aprendizado é um caminho contínuo e imprevisível que pode ser muito feliz.

Agradeço a todos os professores que me proporcionaram o conhecimento não apenas racional, mas a manifestação do caráter e afetividade da educação no processo de formação profissional, por tanto que se dedicaram a mim, não somente por terem me ensinado, mas por terem me feito aprender.

E por fim à minha orientadora Raquel Rangel de Meireles Guimarães, pelo suporte, pelas suas correções e incentivos.

A função da educação é ensinar a pessoa a pensar intensamente e a pensar criticamente. Inteligência mais caráter - esse é o objetivo da verdadeira educação.

(MARTIN LUTHER KING JR, The Purpose of Education. Morehouse College, fev. 1947.)

RESUMO

Esta monografia possui como objetivo apresentar a discussão sobre o sistema de vouchers na educação básica, o qual se baseia em um programa de desenvolvimento social e econômico. O sistema de vouchers se trata de um modelo de redistribuição de renda e recursos governamentais, propondo o financiamento educacional baseado na distribuição de “vales” em valores financeiros para as escolas e ou famílias, promovendo a liberdade de escolhas individuais dos estudantes e/ou de suas famílias. Através do levantamento de dados bibliográficos, essa monografia evidencia as vantagens e desvantagens desse sistema, o qual tem sido objeto de grande debate. Analisam-se também os estudos de caso do Chile e da Colômbia. Por fim, considerando-se o atual cenário educacional brasileiro, discute-se a viabilidade da implementação do sistema de vouchers, tendo, sobretudo, em vista os problemas de gestão, organização econômica e também os desafios da Covid-19 nos últimos tempos.

Palavras-chave: Vouchers. Redistribuição. Renda. Educação.

ABSTRACT

This monograph aims to present the discussion about the voucher system in basic education, which is based on a social and economic development program. The voucher system is a model of redistribution of income and government resources, proposing educational funding based on the distribution of “vouchers” in financial values for schools and/or families, promoting freedom of individual choices for students and/or your families. Through the survey of bibliographic data, this monograph highlights the advantages and disadvantages of this system, which has been the subject of great debate. Case studies from Chile and Colombia are also analyzed. Finally, considering the current Brazilian educational scenario, the feasibility of implementing the voucher system is discussed, especially in view of management problems, economic organization and also the challenges of Covid-19 in recent times.

Keywords: Vouchers. Redistribution. Income. Education.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – DIVISÃO DE RECURSOS DESTINADOS ÀS ESCOLAS EM 1998..	32
GRÁFICO 2 – RENDIMENTO ESCOLAR EM 1998	33
GRÁFICO 3 – DESEMPENHO DE JOVENS DE 15 ANOS EM LITERATURA, MATEMÁTICA E CIÊNCIAS - PISA 2018	39
GRÁFICO 4 – GASTOS DO GOVERNO COM INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS (DO ENSINO FUNDAMENTAL AO ENSINO SUPERIOR), COMO PORCENTAGEM DO PIB - 2017	39

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – TAXAS DE RETENÇÃO EDUCACIONAL POR CLASSIFICAÇÃO DE INSTITUIÇÃO	34
TABELA 2 – CUSTOS ATRIBUÍDOS POR ESTUDANTE NO PROGRAMA DE VOUCHER	36

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

ANA	- Avaliação Nacional da Alfabetização
COVID-19	- Coronavirus disease 2019
ETC	- Et cetera
FNDE	- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LATAM	- América Latina
MINEDUC	- Ministério da Educação do Chile
OCDE	- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PACES	- Programa de Ampliação de Cobertura da Educação Secundária
PIB	- Produto interno bruto
PISA	- Programa Internacional de Avaliação de Alunos
PNAD	- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNE	- Plano Nacional de Educação
SAEB	- Sistema de Avaliação da Educação Básica
SIOPE	- Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 JUSTIFICATIVA.....	16
1.2 OBJETIVOS.....	17
1.2.1 Objetivo geral	17
1.2.2 Objetivos específico.....	17
1.3 METODOLOGIA.....	17
2 ANTECEDENTES	19
2.1 DEFINIÇÕES INICIAIS.....	19
2.2. EDUCAÇÃO: GASTO OU INVESTIMENTO?.....	19
2.3 O PAPEL DA EDUCAÇÃO SOBRE O CRESCIMENTO ECONÔMICO	21
3 O SISTEMA DE VOUCHERS: REVISÃO TEÓRICA E EMPÍRICA	22
3.1 AS POLÍTICAS DE PREÇOS COMO INSTRUMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....	24
3.2 O SISTEMA DE VOUCHERS PARA FRIEDMAN	25
3.3 CARACTERÍSTICAS FUNDAMENTAIS DO SISTEMA	26
3.4 POLÍTICAS DE ESCOLHA EDUCACIONAL	27
3.5 O PAPEL DO ORÇAMENTO FAMILIAR NO FINANCIAMENTO DA ESCOLARIZAÇÃO.....	28
3.6 MECANISMO DE SUBSÍDIOS	29
4. ESTUDOS DE CASO	30
4.1 CHILE.....	30
4.2 COLÔMBIA.....	34
5 ANÁLISE DO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO	36
6 PROPOSTA DA APLICAÇÃO DO SISTEMA DE VOUCHERS NO BRASIL ...	41
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERÊNCIAS	46

1 INTRODUÇÃO

Ao decorrer do tempo, com a variação das concepções de pensadores e senso público, pode-se definir que a economia trata do “estudo de como a sociedade se organiza para decidir sobre a dinâmica de alocação dos recursos escassos” (MANKIW, 2006). Com essa premissa, a contribuição do desenvolvimento econômico é permitir que os recursos sejam incrementados no tempo, gerando-se maior bem-estar para a população (PALMER, 2012, p. 6). Ou seja, é da conjuntura estrutural das ciências econômicas analisar fatores e causalidades que impactam historicamente o crescimento ou retrocesso na sociedade. Dentre os diversos setores que possuem impacto direto no desenvolvimento, a educação é um dos que mais enfrenta desafios de gestão e melhorias.

A Constituição de 1988 assegura o direito de oferta em todas as modalidades de ensino para os cidadãos. Esse direito reflete a tradição em designar ao Estado o papel de gestor, visando a mobilidade social e o desenvolvimento econômico. Ao explorar o histórico das mudanças no Brasil, a educação é um setor que inicialmente teve sua atividade delimitada como privada e somente a partir do século XVIII passou gradativamente a se tornar tema de oferta pública.

A concepção sobre educação ser uma responsabilidade estatal permitiu que fosse criado na sociedade um senso comum de que a aplicação em investimentos na educação é algo positivo e deve-se sempre continuar nesse processo de aplicação de recursos. O Brasil constantemente realiza aplicações financeiras em recursos em educação (OCDE, 2020). Visto isso, não é difícil consolidar o fato de o país ter definido um patamar anual de 5,7% da riqueza produzida pelo país, medida pelo Produto Interno Bruto, para esse investimento (OCDE, 2020).

Apesar de um direito, a variação da qualidade de ensino no Brasil é um grande problema para a gestão e desenvolvimento público (IPEA, 2006), por isso cabe ao governo estabelecer as diretrizes educacionais, pois a educação se trata de um instrumento de progresso econômico (IPEA, 2006). Essa constatação permite analisar as vantagens e desvantagens em se modificar o financiamento e o modelo de sistema educacional, inclusive discutindo se o caminho privado seria a solução ou um problema ao obstáculo qualitativo. Milton Friedman, em seu artigo "The Role

of Government in Education" (1955), propunha a modernização do sistema de ensino, iniciando um movimento pela "escolha" na educação. Esse movimento continha duas idéias centrais. A primeira delas é a de que os pais, e não o governo, devem escolher qual escola seus filhos irão frequentar. A segunda ideia é de que as leis da economia devem ser aplicadas também nas escolas.

A partir da contribuição de Friedman, surge o sistema de vouchers, o qual pretende, dentro do âmbito educacional, melhorar a qualidade de ensino a fim de elevar a competição entre escolas públicas e privadas. Esse sistema baseia-se num esquema que reverte o imposto pago pelo indivíduo, que trabalhou na economia formal, para a educação (construção, expansão e investimentos na rede pública). Porém, nesse sistema, o imposto não é mais investido diretamente pelo Estado, mas sim, através da distribuição dos vouchers, onde os pais poderão escolher a escola para seus filhos, sendo possível analisar as necessidades individuais e pagá-las mesmo que parcialmente através do valor recebido. Cabe destacar que os gastos com educação também ocorrem quando os alunos frequentam escolas públicas, e que, quando levado em consideração as desigualdades sociais de renda comparado com os gastos familiares, a proposta de Friedman sugere que o Estado deve ampliar os subsídios na educação básica, inclusive favorecendo, em termos *per capita*, os alunos com mais vulnerabilidade socioeconômica.

1.1 JUSTIFICATIVA

A Educação melhora os resultados no mercado de trabalho em escala global, os retornos da escolaridade no mercado de trabalho incluem uma melhor chance de conseguir um emprego com ganhos mais altos, uma vez empregado (IPEA, 2019). Esses retornos representam uma maior produtividade dos indivíduos, com mais conhecimentos e habilidades adquiridos por meio da Educação. Os retornos brutos também são atribuíveis ao efeito da formação de um indivíduo (DUARTE, 2007). Os empregadores costumam utilizar as qualificações educacionais como medidas de seleção para identificar o conhecimento, as habilidades e os traços de personalidade que incluem inteligência, autocontrole e persistência (CARVALHO, 2005).

Além disso, a educação pode ser vista como uma ferramenta poderosa para sair da pobreza (CARVALHO, 2005). O alto índice de analfabetismo e a dura

realidade das zonas rurais com baixo nível educacional são fatores que dificultam o progresso do combate à pobreza. Em 2016 a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais foi estimada em 7,2%. Houve uma melhora nesse indicador quando analisado em 2019, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD Contínua), estimado em 6,6%, representando 11 milhões de analfabetos (IBGE, 2019). Apesar dessa melhoria quantitativa, o sistema educacional ainda necessita passar por um aperfeiçoamento na padronização da qualidade ofertada aos estudantes do país, o que também influencia no combate à pobreza.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

O objetivo deste trabalho é apresentar uma análise do sistema de vouchers na educação, com aplicações para o Brasil. Foram utilizados ainda estudos de caso do Chile e da Colômbia para identificar pontos positivos e negativos da implementação do sistema.

1.2.2 Objetivos específicos

1. Revisar a bibliografia da teoria econômica sobre o sistema de vouchers.
2. Sistematizar os estudos realizados de 1981 até 2022, que avaliam o impacto e o funcionamento do sistema de vouchers.
3. Analisar estudos de simulação do sistema de vouchers para o caso brasileiro.
4. Através dos estudos de caso do Chile, da Colômbia, verificar a viabilidade financeira e social do sistema de vouchers.

1.3 METODOLOGIA

A metodologia utilizada nesta monografia consistiu de pesquisa bibliográfica e documental. Numa primeira etapa, identificou-se os estudos relacionados ao

sistema de vouchers nas plataformas Google Acadêmico e Periódicos Capes. Foram relacionados artigos, bem como teses e dissertações. Para os estudos de caso, foram consultados materiais específicos dos países.

Essa monografia está dividida em 6 capítulos, além desta introdução. No capítulo 2, serão abordadas as primeiras concepções sobre termos relevantes ao estudo. No capítulo 3, estão dispostas as explicações sobre o sistema de voucher de acordo com teóricos que possuem diferentes pontos de vista sobre o assunto. No capítulo 4, constam evidências e resultados de pesquisas da implementação do sistema de vouchers aplicados no Chile e Colômbia. No capítulo 5, consta uma análise do sistema educacional brasileiro, a fim de introduzir o tema do último capítulo. No capítulo 6, é realizada uma análise teórica sobre a viabilidade da aplicação do sistema de voucher no território brasileiro. As considerações finais encerram esse estudo.

2 ANTECEDENTES

Antes de nos aprofundarmos nas discussões sobre o sistema de vouchers, passamos às definições iniciais deste estudo. Em seguida, tratamos do debate educacional - gasto ou investimento? Posteriormente, será revisado o papel da educação para o crescimento econômico.

2.1 DEFINIÇÕES INICIAIS

A fim de conceber o melhor entendimento a respeito do sistema educacional, é de interesse esclarecer algumas definições sobre o conceito de *escolha educacional*, cujo significado trata da introdução dos mecanismos de mercado em relação às escolhas por parte das famílias e competição nas escolas (MUSSET, 2012). Além disso, a distinção entre escolas públicas e privadas se faz importante para esclarecimento dos cenários vivenciados pelos alunos, sendo elas: Escola pública: Administrada diretamente por uma autoridade pública, geralmente eleita pelo governo. E escola privada: gerida por uma organização não pertencente ao governo, como por exemplo uma associação religiosa. As escolas privadas podem ser independentes ou dependentes (parcial ou totalmente) de financiamento público (OCDE, 2016, OCDE, 2019).

2.2. EDUCAÇÃO: GASTO OU INVESTIMENTO?

A Educação não deve ser vista como um gasto, mas sim como um investimento. O acesso ao capital para este investimento é altamente imperfeito, pois em se tratando de crianças, elas não estão aptas para realizar a tomada de decisão em investir na educação de si mesmos e realizar empréstimos para custeio dessa área de desenvolvimento em suas vidas.

Analisando historicamente o mercado o mesmo tem funcionado com as gerações de uma família sendo financiadas pelas gerações anteriores. Este modelo de financiamento histórico tem funcionado para as famílias com mais posses, contribuindo para a concentração da renda. Quando tratado de investimento em educação, existem agentes interessados em retornos, podendo ser o governo que

no longo-prazo vai se beneficiar com uma mão de obra mais bem qualificada e preparada para produzir produtos e serviços que impactam diretamente na expansão do PIB. Os pais ou a família, cujo retorno está na utilidade gerada (emocionalmente). E também o indivíduo, que de acordo com a pesquisa o relatório mais recente da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) publicado em 2020:

"No Brasil, em 2015, pessoas de 25 a 64 anos com diploma de ensino superior com renda de emprego em tempo integral ganhavam 144% a mais do que trabalhadores em tempo integral, com apenas ensino médio concluído, em comparação com 54% em média em todos os países da OCDE",

Em síntese, essa abordagem revela que quanto mais anos de estudo, maiores são os ganhos medidos através do seu nível de renda. Nessa mesma direção, Sylwester (2002), analisa o efeito dos gastos em educação de 50 países sobre a redução da desigualdade e chega à conclusão de que os países que dedicam mais recursos para a educação pública, em porcentagem do PIB, têm menor desigualdade de renda nos anos seguintes, embora esse efeito seja lento.

Outro resultado encontrado por Sylwester foi o de que em países mais desenvolvidos, como os países da OCDE, os efeitos dos gastos em educação sobre a redução da desigualdade são mais fortes do que em países menos desenvolvidos.

Segundo Becker (1962), os investimentos em escolaridade trazem diferentes ganhos para os níveis de renda e consumo. Segundo o autor, isso ocorre devido ao aumento das habilidades físicas e mentais dos indivíduos que, como consequência, eleva as perspectivas de ganhos reais de renda no futuro. Já Schultz (1960), analisando as situações das nações subdesenvolvidas, afirma que o aumento do bem-estar dos pobres não dependia da terra, dos equipamentos ou da energia, mas sim do conhecimento.

Pesquisas realizadas por Barros, Henriques e Mendonça (2002) e Hanushek (2008) mostram que existe uma correlação entre o aumento da escolaridade e a redução da pobreza, melhor qualidade de vida social, redução das disparidades sociais e culturais, redução da criminalidade, dentre outros benefícios. E Hoffmann (2001) afirma que um aumento da escolaridade favorece a participação mais plena do cidadão na economia e na sociedade modernas.

Embora seja considerada um dos principais fatores de melhoria de renda e bem-estar social, a educação também é apontada como um dos principais atributos da desigualdade salarial. Langoni (1974), em uma análise do retorno da educação sobre a renda dos trabalhadores, mostra a educação como um dos principais fatores explicativos da desigualdade, observando que o nível educacional pode contribuir com cerca de 58% da desigualdade de renda entre os indivíduos.

Enfim, para usufruir de benefícios socioeconômicos e reduzir as disparidades de renda entre os indivíduos, é necessário que grande parcela da população de um país esteja devidamente matriculada e com frequência escolar regular na idade certa. Também é necessário que essas pessoas recebam uma educação de qualidade, para assim ser absorvidas pela demanda de mão de obra e contribuir com o desenvolvimento da sociedade (MENEZES-FILHO, 2008), sendo que as políticas educacionais e o investimento em educação de boa qualidade estão diretamente relacionados à sustentabilidade e aos retornos de longo prazo da redução da pobreza em países de baixa renda.

2.3 O PAPEL DA EDUCAÇÃO SOBRE O CRESCIMENTO ECONÔMICO

Existe um abrangente debate acadêmico sobre a importância da educação no aumento do bem-estar social e econômico de uma sociedade. Parte desses estudos defende a importância dos investimentos em educação justificando que a escolarização é indispensável para o desenvolvimento econômico de uma sociedade.

Segundo Barro e Lee (2010), do ponto de vista econômico, a educação desempenha um papel crucial na distribuição de renda e, conseqüentemente, no crescimento econômico. Quanto maior a quantidade de pessoas em um território com alto nível de escolaridade, maior será a produtividade do trabalho. Ou seja, quanto mais distribuída for a educação entre a população, maior será a capacidade e a competência de absorção de tecnologias detidas pela força de trabalho, o que torna possíveis a produtividade e o crescimento econômico.

Além disso, existem pelo menos três mecanismos pelos quais a educação afeta o crescimento econômico. Primeiro, ela pode aumentar o capital humano dependente da força de trabalho, aumentando a produtividade e afetando o nível de equilíbrio do produto no país. Em segundo lugar, esse efeito se dá pela capacidade

de aumentar a tecnologia de inovação na economia pela habilidade de absorção de novos conhecimentos sobre novas tecnologias, produtos e processos. Em terceiro lugar, a educação pode facilitar a difusão e a transmissão do conhecimento necessário para entender e processar novas informações e incorporar novas tecnologias concebidas de outras economias, o que, por sua vez, promove o crescimento econômico (HANUSHEK e WOBMANN, 2010).

Por mais, Hanushek (2013) defende que o impacto do capital humano se torna ainda mais forte quando o foco se volta para o papel da qualidade da educação fornecida aos cidadãos. Para ele, as habilidades cognitivas adquiridas pela população - em vez de apenas o aumento da escolaridade - são importantes e positivamente relacionadas ao incremento e à distribuição da renda e, mais ainda, ao crescimento econômico de um país.

Em uma análise sobre a importância da educação no crescimento econômico, Hanushek e Wobmann (2010) chegaram à conclusão de que, ao acrescentar a qualidade da educação em um modelo que incluía inicialmente apenas a renda inicial e anos de estudos para explicar o crescimento econômico, o ajustamento do modelo, dada a variação percentual das variáveis explicativas, passou de 25% para 73%. Eles verificaram que a qualidade da educação mostrou ter peso maior e ser mais significativa sobre o crescimento econômico do que apenas a quantidade de anos de estudos. Neste sentido, países em desenvolvimento terão dificuldade em melhorar seu desempenho econômico em longo prazo se não investirem na melhoria da qualidade da educação ofertada (HANUSHEK, 2013).

3 O SISTEMA DE VOUCHERS: REVISÃO TEÓRICA E EMPÍRICA

A literatura sobre vouchers educacionais é baseada essencialmente em estudos teóricos e empíricos que buscam avaliar o impacto do sistema nos alunos e na educação. As principais questões levantadas são: em que medida a introdução de um sistema de vouchers impacta o mercado de escolas e a efetividade das escolas; a distribuição de resultados; o bem-estar entre alunos e escolas; a distribuição de alunos entre escolas públicas e privadas; os gastos do governo com

a educação; a segregação entre os alunos de escolas públicas e privadas; e, por fim, o desempenho acadêmico dos alunos (EPPE; ROMANO; URQUIOLA, 2017).

Neste capítulo abordam-se as principais teorias que se referem ao tema do sistema de vouchers, que tem início na proposta de Milton Friedman, onde o sistema apresenta a discussão sobre sua efetividade e os efeitos observados sobre a educação.

Outras contribuições na literatura podem ser destacadas, para além do trabalho de Friedman. Epple e Romano (1998) trazem a segregação dos alunos como tema central do seu modelo de estudo, argumentando que haveria uma grande desigualdade entre escolas públicas e privadas. Alunos com melhor desempenho tenderiam a pagar menos em escolas com altos índices de rendimento e com isso ocorreria uma migração de bons alunos das escolas públicas para as privadas. Já em 2008, Epple e Romano avaliaram um programa de vouchers em que a capacidade de segmentação dos alunos pode preservar os benefícios da competição, promovendo benefícios mais uniformes para os alunos de diferentes distribuições de renda e habilidades acadêmicas.

Nechyba (1999) busca avaliar as consequências da introdução de um sistema de vouchers e a diferenciação entre a classe social dos alunos. Porém, adiciona uma contraposição ao raciocínio de Epple e Romano, pois a partir de seu modelo teórico, Nechyba (1999) prevê que as escolas privadas iriam surgir em bairros pobres. Em seguida, as famílias de alta renda começam a utilizar os vouchers e se ocupam casas de alto nível nessas comunidades, e, portanto, a estratificação de salários e propriedades é diminuída entre as comunidades. A análise de Nechyba (1999) também aponta outros efeitos positivos do sistema de vouchers sobre os alunos mais pobres ao não permitir discriminação de preços entre as escolas privadas financiadas por vouchers, pois seu modelo prevê uma menor estratificação entre alunos por conta de suas rendas.

Outro modelo é o proposto por Sandstrom e Bergstrom (2004), que busca evidenciar se a competição entre as escolas traz benefícios para o desempenho acadêmico dos alunos. Os autores constatam em seu modelo que o aumento na participação de escolas privadas financiadas por vouchers nos municípios leva a um melhor desempenho dos estudantes em testes acadêmicos. Em seguida, temos a contribuição de Hsieh e Urquiola (2006), que avaliam se a redução na quantidade de escolas públicas decorrente dos vouchers teve impacto na estratificação entre

alunos. Eles buscam identificar fatores que evidenciam se o crescimento de escolas privadas financiadas por vouchers está associado com a saída da classe média de escolas públicas.

As maiores divergências identificadas entre os autores favoráveis e desfavoráveis à implementação do sistema de vouchers são a efetividade que a competição traz para a educação (NEILSON, 2013), o possível aumento da desigualdade entre os estudantes (LADD, 2002), a mercantilização da educação (COSSE, 2003) e se os programas acabam beneficiando mais famílias de renda elevada do que famílias de baixa renda (CARNOY, 1998).

Antes de aprofundar nesse tema, contudo, apresentamos as políticas de preços como instrumento para o desenvolvimento econômico

3.1 AS POLÍTICAS DE PREÇOS COMO INSTRUMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O sistema de vouchers surge com a finalidade de tornar melhor o sistema de financiamento à demanda educacional, de forma que não haja restrições para o funcionamento deste mercado, tanto do cenário público quanto no privado. Uma das ferramentas de posse do governo é a política de preços. Segundo Hoxby (2006), "preços são instrumentos inerentemente flexíveis que podem ser utilizados para direcionar uma série de interesses". Arbitrariamente, pode-se concluir que os preços adotados no esquema de escolha da instituição educacional têm a função de cumprir dois objetivos:

- a) Os preços devem ser praticados de forma a encorajar as famílias a realizarem escolhas racionais, sendo elas ótimas no que se refere ao investimento em capital humano do ponto de vista da sociedade como um todo e não somente do ponto de vista privado;
- b) Garantir a existência de um nivelamento e a competição entre as escolas responsáveis pela educação. Caso a escola aceite matricular estudantes que não tem um histórico acadêmico positivo ela não deveria tornar-se incapaz, em função do preço, de matricular os estudantes com o perfil contrário. Ou seja, uma escola voltada para as classes C e D poderia através do ajuste de preços tornar-se capaz de atender as classes A e B.

O sistema de subsídio envolve um mecanismo que destaca os custos de educação dos diferentes tipos de alunos, sendo eles alunos de baixa renda que apresentam vulnerabilidade social e que não têm no domicílio recursos fundamentais para auxiliar a educação como computadores, livros, viagens culturais e acesso à informação e alunos de alta renda que possuem acesso aos recursos necessários para o desenvolvimento educacional. Assim, fica claro que os custos para se educar o primeiro tipo de aluno é maior, ou seja, para se alcançar o nivelamento de resultado, deve-se investir mais nos alunos que naturalmente possuem menos recursos de aprendizado. Essa diferença entre os dois tipos de alunos deve ser monitorada pelo sistema de forma que os subsídios possam ser distribuídos em relação à renda da família.

Famílias ricas podem usar recursos próprios para o financiamento dos estudos, seus investimentos em educação irão revelar suas avaliações com relação ao melhor investimento em educação, se esta informação não é revelada, os investimentos do governo provavelmente serão inadequados para todos.

3.2 O SISTEMA DE VOUCHERS PARA FRIEDMAN

O sistema de voucher, quando analisado na área da educação, é apontado como sendo uma alternativa de melhoria na qualidade de ensino e também como maneira de aumentar a competição entre as escolas públicas e privadas. Esse sistema reverte em forma de devolução o imposto pago pelo indivíduo que trabalhou na economia formal que é destinado à educação e devolvido através da distribuição de vouchers ou “vales”, em que os pais poderão escolher a escola e pagá-la, integral ou parcialmente através deles.

A partir dos trabalhos de Friedman (1955), se introduziu a concepção de utilizar vouchers para promover a liberdade das famílias no que se refere à escolha da melhor escola. O voucher não é a única maneira de promoção desta liberdade, créditos tributários dos impostos para financiar a educação também são um outro mecanismo que possibilitam as escolhas. A necessidade de um subsídio em educação se deriva do importante papel do Estado no financiamento, retratado no papel dele em oferecer educação gratuita. Esse modelo de política pública está baseado em três princípios:

1. Os pais, como responsáveis por seus filhos, têm o direito de escolher a melhor educação para eles;
2. A partir das informações que estão disponíveis, os pais agem racionalmente para fazer escolhas no sentido de atender as necessidades de seus filhos;
3. O Estado pode e deve agir coercitivamente para redistribuir parte da riqueza gerada pela sociedade para proporcionar oportunidades para todos os seus integrantes (COSSE, 2003).

No atual sistema educacional, existe a convicção de que as estruturas de governo possuem mais condições de saber o que é melhor para a educação das crianças do que as próprias famílias. No entanto, se a família tiver o interesse em tomar a decisão de escolha, os pais devem ter o direito de ter a palavra final sobre a educação dos filhos. Essa crítica sobre a ideia da escolha racional estão correlacionadas sobre a eventual assimetria de informações que possa prejudicar a liberdade de escolha (COSSE, 2003).

Deve ser observado que a questão das informações assimétricas é igualitária tanto para os indivíduos que fazem escolhas para si mesmo, quanto para o Estado ao formular políticas públicas. Se o indivíduo não dispõe de uma parte da informação para tomar uma decisão sobre seu cotidiano, menos ainda o Estado vai dispor do conjunto de todas as informações existentes (IORIO, 2011)

Neste sistema, o governo confere autonomia para que a escola aloque seus gastos em projetos com diferentes níveis de retorno. Os professores não são servidores públicos imunes ao desemprego e sim empregados de empresas privadas que competem entre si. Assim, são obrigados a dar seus melhores esforços, além de serem incentivados a atualizarem-se buscando maior qualificação. Pode-se dizer que este sistema rompe com a administração centralizada do Estado e permite a criação de um mercado competitivo no campo da educação.

3.3 CARACTERÍSTICAS FUNDAMENTAIS DO SISTEMA

As características do sistema de vouchers apresentam em seu modelo subsídios à demanda, por isso o financiamento se faz necessário nas escolas

públicas e privadas. Portanto as características fundamentais de um mecanismo de voucher podem ser pontuados como:

- A) Uma autoridade estabelece requisitos mínimos para participação da escola, geralmente o Estado assume esse papel;
- B) Cada família recebe um voucher que pode ser usado para pagar total ou parcialmente qualquer escola elegível para receber o subsídio;
- C) Existe competição entre as escolas públicas e privadas por alunos;
- D) O valor do voucher é o custo médio de educação por aluno;
- E) O sistema permite complementos da família, paga-se apenas o montante para completar o valor da mensalidade.

Visto isso, dentro do modelo de vouchers, o Estado possui o papel de administrador, gerenciando os subsídios para as famílias, estabelecendo as normas e padrões que as escolas devem cumprir para que possam estar inseridas no portfólio de escolas disponíveis, para que dessa forma possa promover o funcionamento eficiente do mercado dando informações às famílias, resolvendo conflitos e fiscalizando a aplicação das diretrizes definidas.

Pode-se dizer que a proposta de Friedman continha dois pontos centrais em sua proposta de modernização. O primeiro é de que as leis da economia são aplicadas também para as escolas. E o segundo é que os pais, e não o governo, devem escolher qual escola seus filhos irão frequentar. Essa liberdade de escolha se torna muito atrativa pois se ajusta melhor com as necessidades de cada aluno.

3.4 POLÍTICAS DE ESCOLHA EDUCACIONAL

Existem dois tipos de sistema de escolha, a primeira se enquadra da escolha dentro do sistema público, que compreende iniciativas de matrícula livre em qualquer escola pública. E a segunda se trata do sistema de escolha de mercado, onde há formas de subsidiar escolas privadas com dinheiro público, incluindo vouchers, para que algumas escolas particulares possam competir com escolas públicas.

O voucher proporciona à família uma opção quanto ao tipo de educação que seus filhos terão e também permite que as pessoas escolham gastar mais com a educação em uma escola para outra sem perder o subsídio. Como consequência, a possibilidade de exercer a opção de escolha quebra o ciclo do poder de monopólio

das escolas públicas, que passam a enfrentar pressões competitivas para atuar de maneira mais eficiente, atendendo às necessidades dos pais em relação ao padrão de qualidade de ensino.

Assim, pode-se apontar três pré-requisitos importantes para termos um bom resultado com este modelo:

- a) *Flexibilidade na oferta*: significa liberdade para abrir ou fechar escolas de acordo com a demanda. Atualmente, ocorre que os governos acreditam que eles estão ofertando escolas em determinados lugares e que os estudantes podem escolher entre elas, no entanto, ocorre uma superlotação em muitas escolas. Segundo Caroline Hoxby (2006) estes sistemas não ajudam a produzir melhoras equilibradas em educação porque não há recompensa para as escolas existentes e também não há penalização para uma escola sem qualidade.
- b) *Recursos direcionados aos estudantes*: Os recursos dados ao estudante devem ser quantificados de acordo com o custo dele e a escola não deve ser obrigada a admitir um estudante adicional e sim ter estímulos para que isso ocorra. O estímulo se dá uma vez que a escola poderá, sabendo que os alunos têm recursos. Dessa forma as escolas que apresentarem excesso de demanda terão a possibilidade de expansão, já que os recursos estarão indo para sua própria administração.
- c) *Gestão independente*: Este requisito implica em um gerenciamento independente sem interferências do governo, tornando a própria escola apta a realizar decisões racionais do ponto de vista econômico.

3.5 O PAPEL DO ORÇAMENTO FAMILIAR NO FINANCIAMENTO DA ESCOLARIZAÇÃO

Os investimentos familiares e públicos são as duas principais fontes de financiamento da educação. Os gastos familiares ocorrem mesmo quando os alunos frequentam a escola pública e geralmente referem-se principalmente à compra de material didático e a despesas com transporte. Quando a escola é particular os gastos incluem os custos dos serviços educacionais.

Existem algumas razões para uma família preferir uma escola particular a uma pública, por exemplo, a ideia de que as instituições privadas possuem melhor qualidade no ensino. Outro argumento, que revela a preferência por um aspecto secundário como o ensino religioso ou que a instituição possui diretrizes seguidora de determinados princípios e valores educacionais. Por fim, pode haver razões como a falta de vagas em escolas públicas próximas, um ambiente considerado perigoso por um tipo de clientela não desejável ou por uma direção frágil. Levando em consideração esses argumentos, a escola particular tem uma demanda muito inelástica para preços elevados, tornando mais elástica com a queda do seu preço. A participação dos gastos familiares em educação em relação ao PIB vem aumentando, refletindo a sua elasticidade renda média. A inclusão nestes gastos das despesas com o ensino de línguas estrangeiras, aulas de computação, e atividades extracurriculares e culturais ressaltam esta conclusão (OECD, 2021).

A mesma afirmativa não pode ser estendida para os gastos públicos, já que o aumento dos gastos com educação encontra resistências. Este crescimento diferenciado dos gastos familiares e públicos sugere que o Estado deve ampliar os subsídios na educação básica, inclusive favorecendo, em termos *per capita*, os alunos vulneráveis economicamente.

3.6 MECANISMO DE SUBSÍDIOS

O mecanismo de subsídio pode ser definido como uma forma de investimento em que o Governo tem por objetivo financiar a educação dos alunos no âmbito escolar público e privado em um determinado território, visando ao longo prazo melhorar o desempenho do capital humano frente ao mercado de trabalho, capacitando futuros profissionais para transformar habilidades em aumento de produtividade. (OECD, 2021). Quando não há nenhum meio de recebimento de valores com a finalidade de arcar com os custos do ensino particular, esses valores são quitados integralmente pela família do aluno.

Os subsídios podem ser classificados em dois tópicos, sendo eles (ESAF, 2018):

- a) As escolas recebem recursos do governo, diretamente ou através de vouchers. Geralmente, o montante recebido está estreitamente ligado

ao grau da regulamentação que o governo exerce sobre as atividades do ensino particular.

- b) Os subsídios beneficiam o aluno através de deduções de parte dos gastos educacionais do imposto de renda a pagar. Os subsídios reduzem o preço do ensino particular, podendo se tornar negligível e zero, ou através da redução do ônus fiscal. É importante estabelecer uma comparação em relação à incidência destes subsídios com aqueles representados pelo ensino público gratuito. Se uma família está disposta a investir em educação e o subsídio não muda esta decisão, ele significa um acréscimo de renda presente. Mas se houver um impedimento da criança em frequentar a escola pública, o subsídio representará o acesso à escola, logo haverá um incremento da renda futura, quando do seu ingresso no mercado de trabalho.

4. ESTUDOS DE CASO

Com a finalidade de se analisar a viabilidade do sistema de vouchers no setor da educação em um país, este trabalho propõe evidenciar alguns estudos de caso realizados no Chile e Colômbia. O Chile é o precursor desse programa educacional, sendo considerado até nos dias de hoje como um dos maiores programas de vouchers implementados no mundo.

4.1 CHILE

O Chile introduziu em 1981, o programa de vouchers educacionais. Esse programa tinha alcance nacional e se destacou pelo modelo de aceitação de todos os alunos em idade escolar que iniciava na pré-escola e se estendia até o segundo grau, oferecendo a cada estudante um subsídio equivalente à média de gastos por indivíduo do Ministério da Educação (HANUSHEK, E. A; WOBMANN, L, 2006). O programa cobriu mais de 90% dos alunos em idade escolar, sendo o mais abrangente de 32 programas da América Latina e único sistema em uma escala nacional com mais de 15 anos de duração (HANUSHEK, E. A; WOBMANN, L, 2006).

Inicialmente o programa propôs uma reforma educacional que mudou a disposição das escolas no país. Segundo Hsieh e Urquiola (2006), no período anterior à reforma, existiam três tipos de escolas:

- a) Escolas públicas: Se tratavam de escolas administradas pelo Ministério da Educação, que era responsável por toda a operação das escolas. Desde as contratações dos professores até o pagamento dos gastos estruturais.
- b) Escolas privadas não subsidiadas: Se tratavam de instituições de ensino privadas, que não receberam nenhum auxílio do governo. Para seu funcionamento eram cobradas mensalidades e eram frequentadas por crianças de famílias de classes elevadas.
- c) Escolas privadas subsidiadas: Eram instituições que não cobravam mensalidades e recebiam subsídios do governo, e eram geralmente religiosas

O financiamento por parte do governo nas escolas privadas subsidiadas e nas escolas públicas sofreram modificações significativas após a implantação do programa de vouchers. Com o início da implantação do projeto, houve a seleção das escolas públicas e privadas que foram eleitas a participarem do programa, e essas passaram a receber subsídios por cada aluno através de vouchers, sendo que nas escolas públicas todos os alunos eram cadastrados no programa.

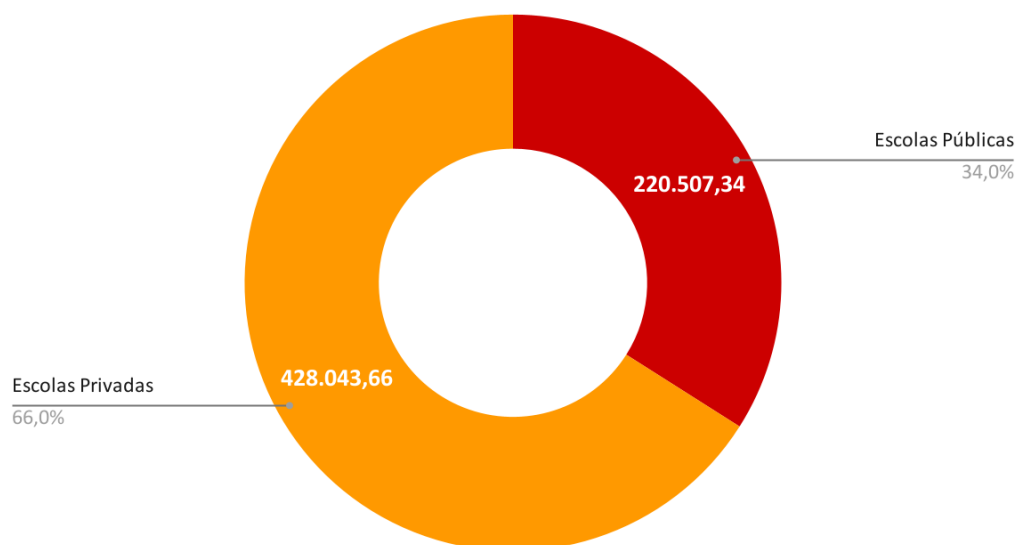
Com os vouchers, todas as escolas públicas e privadas recebiam um montante por aluno, variando muito pouco em função da região (área rural) para compensar custo de vida, do nível educativo (pré-escola, ensino médio, escola técnica, etc.) do regime integral ou parcial. Essa compensação em função da região se dava através da análise nos valores dos subsídios para escolas com maior distância das áreas urbanas. Este sistema de financiamento realizado através de um esquema de auxílio monetário educacional, mediante aportes fiscais, foi moldado para cobrir os custos operacionais de capital dos estabelecimentos. Estes aportes eram realizados mensalmente ao administrador conforme adesão dos alunos verificada nos três meses anteriores ao pagamento. Os recursos vinham através de transferências de recursos próprios dos municípios ou através de transferências do governo central (HSIEH e URQUIOLA, 2006).

Em 1990, foi realizada uma alteração no Estatuto do Professor e gerou um problema orçamentário para as escolas. A alteração impôs uma centralização das

negociações dos salários, fazendo com que as escolas perdessem controle de parte dos seus orçamentos destinados aos salários. Em 1993, foi permitida para as escolas privadas municipais de ensino médio a utilização do chamado financiamento compartilhado, onde os familiares dos alunos realizavam aportes como complemento ao financiamento convencional. Ao optar, voluntariamente, por este complemento, a escola teria um desconto escalonado do financiamento convencional em função do montante aportado pelas famílias. Conforme ilustrado no gráfico abaixo, em 1998 a distribuição do montante de recursos destinados às escolas participantes alcançou USD 648.551.

GRÁFICO 1 – DIVISÃO DE RECURSOS DESTINADOS ÀS ESCOLAS EM 1998

Valor em U\$ - Divisão de recursos destinados às escolas em 1998



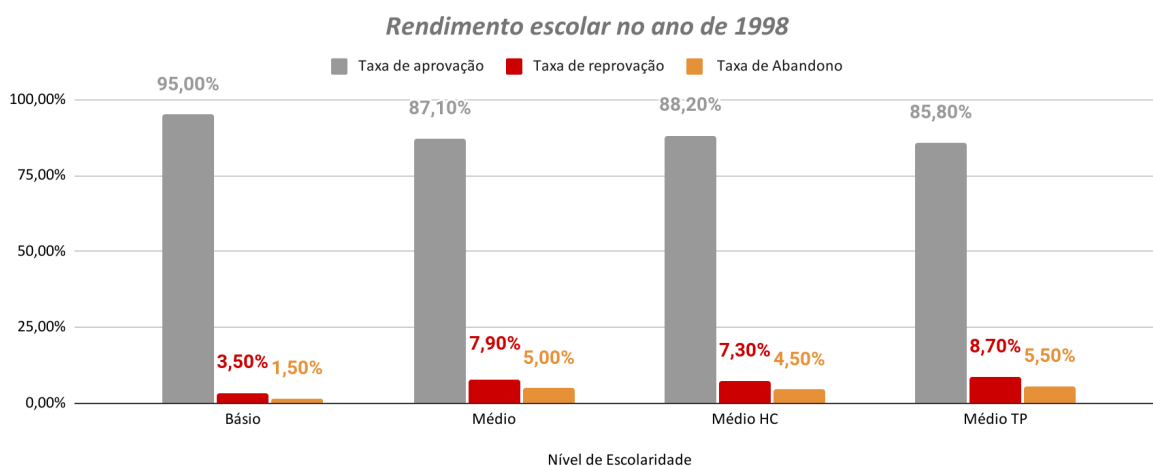
FONTE: Gráfico de elaboração própria, baseado em informações Estatística, Sapelli Aedo (2001)

Sapelli Aedo (2001) relata que como resultado desta distribuição, 42% dos estabelecimentos privados decidiram optar pelo novo sistema de financiamento compartilhado, enquanto somente 10% das escolas municipais de nível médio adotam esta modalidade. Outra forma de financiamento, sem caráter permanente, foram as doações com fins educacionais realizadas pelas empresas para as escolas municipais privadas. Nesse modelo, as empresas doadoras poderiam obter um desconto ou crédito tributário para pagamento de imposto de primeira categoria,

equivalente a 50% do valor da doação. Em relação à locomoção, todos os alunos, tanto de escolas privadas como de usuários dos voucher quanto de escolas públicas, tinham acesso ao transporte público gratuito.

Em 1998 também foi implementado o sistema de medição de qualidade da educação, esse modelo de qualidade chileno de subsídio baseou-se na liberdade das famílias de eleger a mais apropriada instituição de ensino para seus filhos (SAPELLI AEDO,2001). O objetivo desse sistema era compilar dados a respeito do rendimento escolar dos alunos, que era avaliado a partir dos resultados acadêmicos de testes padronizados efetuados com conteúdo de matérias como linguagem e matemática. Utilizando como amostra o ano de 1996, os resultados das provas indicaram que as escolas municipais particulares subsidiadas tinham uma pontuação inferior em relação às escolas particulares pagas. Ao avaliar a melhora de ensino, os testes verificaram um melhor aproveitamento dos alunos, podendo até mesmo sugerir uma melhora na qualidade de ensino. Porém, esses testes não podem ser considerados um bom parâmetro de medida de melhora, pois não há garantia de que estão sendo elaborados para que haja uma comparação ao longo do tempo.

GRÁFICO 2 – RENDIMENTO ESCOLAR EM 1998



FONTE: Gráfico de elaboração própria, baseado em informações Estatística, Sapelli Aedo (2001)

No gráfico 2 é possível verificar que a educação básica apresenta resultados melhores que o ensino médio em termos de porcentagem de alunos que passam, reprovam e abandonam esse nível de ensino. Assim, por exemplo, em 1998, a taxa de aprovação no ensino secundário é praticamente 8 pontos percentuais inferior à

do ensino básico. É importante mencionar que nos últimos treze anos houve melhorias na eficiência do sistema, principalmente na educação básica, onde a evasão passou de 8,1% em 1981 para 1,5% em 1998. Na interpretação desses resultados, é importante mencionar, em primeiro lugar, que nos primeiros anos do ensino fundamental, os alunos são aprovados mesmo que não tenham passado em todas as disciplinas, o que não ocorre no ensino médio. Em segundo lugar, talvez os níveis de demanda na educação básica sejam baixos e, por esse caminho, o abandono e a repetência sejam postergados. Esse efeito é potencializado porque na educação municipal a educação básica é geralmente separada do ensino médio, o que na prática significa escolas com padrões diferenciados.

TABELA 1 – TAXAS DE RETENÇÃO EDUCACIONAL POR CLASSIFICAÇÃO DE INSTITUIÇÃO

Instituição	Nível de escolaridade	Sucesso oportuno (%)	Sucesso total (%)	Taxa de retenção (%)	Tempo de estudo (anos)	Maior Custo incorrido (%)
Municipal	Básico	41,2	73,3	79,8	9,9	24,1
	Médio	35,1	57	64	5,9	47,6
Instituição subsidiada	Básico	48	75,8	82,2	9,6	19,9
	Médio	55,2	77,3	82,8	4,9	22,6
Instituição Paga	Básico	68,9	84,6	91,6	8,8	10,4
	Médio	76,6	89,2	91,7	4,4	9,4
Total País	Básico	44,7	75,3	81,6	9,7	21,6
	Médio	45,6	67,7	73,6	5,3	32,3

FONTE: Tabela de elaboração própria, baseado em informações estatísticas, MINEDUC (1996)

Ao analisar as taxas de retenção por tipo de escola, observa-se que setor subsidiado, tanto municipal quanto privado apresenta valores inferiores ao privado pago. Quando analisados os dados do quesito eficiência das escolas privadas com subsídio estes números caem para 9,6 e 4,9 anos. Para as escolas privadas não subsidiadas há uma grande diferença, indo para 8,8 e 4,4 anos. Importante observar que os problemas de eficiência apontados auxiliam também na ineficiência alocativa do setor, pois geram gastos adicionais que poderiam auxiliar na melhora da qualidade de ensino.

4.2 COLÔMBIA

O programa de distribuição de voucher colombiano teve seu início de implantação em 1980 e se consolidou em 1991, eximindo poder do governo central e transferindo para as instituições locais. A Colômbia aderiu ao sistema de vouchers e iniciou um Programa intitulado PACES (Programa de Ampliação de Cobertura da Educação Secundária), beneficiando cerca de 125 mil estudantes. Este projeto teve o objetivo de descentralizar e expandir a participação dos alunos do ensino secundário (ARENA,2004). Era utilizado um sistema de loteria, onde era disponibilizado a cada estudante uma oportunidade igual de ser escolhido, desde que ele obedecesse três critérios básicos:

- a) Ser comprovadamente proveniente de família de baixa renda e vulnerabilidade social;
- b) Estar matriculado em uma escola pública primária;
- c) Ter garantido acesso à escola secundária.

O programa de vouchers foi uma parceria entre o Governo Central e os governos locais da Colômbia. Esse modelo foi elaborado para oferecer ao município a possibilidade ou não de participação. Segundo Sanchez e Mendez (1995), uma vez requerida sua participação no programa, o município, consistindo com uma política de descentralização do Estado, deveria co-financiar 20% do custo do voucher. Se os municípios optarem pelo financiamento poderiam definir um teto máximo que estavam dispostos a financiar. Em termos gerais, segundo King (1997), "a participação no programa era mais fácil do que sugerido nas normas escritas". As instituições, só poderiam aderir ao programa se localizadas nas cidades contempladas.

Um estudo realizado em 1997 pelo Banco Mundial pelo Governo da Colômbia apontou que 216 municípios participaram do programa de escolha na participação que dependeu da oferta da demanda potencial planejada de estudantes do nível secundário (KING, 1997). Em geral, municípios dos grandes centros urbanos, com elevado número de alunos no primeiro grau em escolas públicas com capacidade limitada para absorver estes alunos no segundo grau, mas que apresentavam grande número de escolas particulares com capacidade ociosa, aderiram ao programa. Mais de 1700 instituições de ensino se vincularam ao programa sendo as sem fins lucrativos, técnicas ou vocacionais, tiveram maior propensão à participação. As escolas cujas mensalidades eram acima do valor do voucher tendem a não

participar, assim como as que tinham mensalidades muito baixas já disponibilizaram vagas para população de mais baixa renda.

Os testes de conhecimento de matemática e língua nativa mostraram que os estudantes contemplados pelo programa obtiveram desempenho igual ou superior aos alunos da escola pública. Este resultado foi alcançado com um custo inferior ao da rede pública, ou seja, o governo foi capaz de oferecer aos estudantes de baixa renda um ensino semelhante ao oferecido antes do programa.

TABELA 2 – CUSTOS ATRIBUÍDOS POR ESTUDANTE NO PROGRAMA DE VOUCHER

	1994	1995	1996
Custo por beneficiário do programa de voucher (A)	98,175	161,222	200,735
Custo por estudante da rede pública (B)	182,815	203,309	261,397
Custo Relativo (A/B)	1,86	1,26	1,3

FONTE: Tabela de elaboração própria, baseado em informações Estatísticas, MINEDUC (1996)

Com os custos administrativos contabilizados no programa, o custo por aluno se mostrou atrativo já que se demonstrou inferior em relação aos custos por aluno da rede pública. Em 1995 o custo médio por aluno do segundo grau foi 25% maior do que o custo com o mesmo aluno usuário de voucher.

Os testes de qualidade realizados pelos estudos do Banco Mundial não evidenciaram diferenças no nível de desempenho entre os alunos das escolas particulares e privadas, embora o mesmo estudo tenha registrado que os estudantes das escolas não participantes do programa e mais caras tenham se saído melhor nos testes. Por fim, podemos analisar que o programa atraiu a participação de municípios que se beneficiaram do programa, mas a partir do terceiro ano teve um declínio que foi justificado pela administração orçamentária ruim.

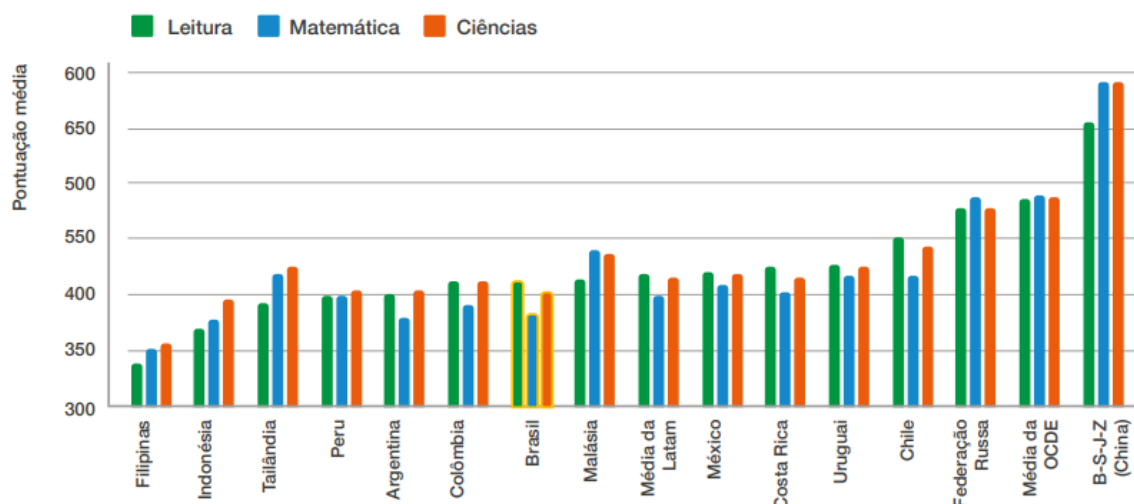
5 ANÁLISE DO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO

Garantir que todos estejam inseridos no sistema educacional é fundamental para o desenvolvimento social e econômico de um país, mas muito além de indicadores de qualidade é essencial que os alunos também se beneficiem dessa jornada, adquirindo conhecimentos e habilidades valorizadas tanto no mercado de trabalho como em outros aspectos da vida. No entanto, de acordo com um relatório recente do Banco Mundial, frequentar a escola, muitas vezes, não significa gerar a aprendizagem. O relatório revela que muitos países emergentes estão enfrentando o desafio de que muitos jovens não adquirem as habilidades básicas em letramento matemático e alfabetização. Além disso, os resultados de aprendizagem tendem a ser desiguais, sendo que os alunos de origens socioeconômicas mais vulneráveis têm maior probabilidade de abandonar a escola sem adquirir habilidades básicas. Isso prejudica tanto a vida dos indivíduos como os esforços governamentais para reduzir a pobreza e estimular o crescimento (HANUSHEK E WOESSMANN, 2015).

O Brasil é uma das primeiras economias emergentes a introduzir avaliações padronizadas. Desde o início da década de 1990, o Sistema de Avaliação da Educação Básica é utilizado para avaliar e monitorar a qualidade da Educação Básica no Brasil (BRUNS, EVANS E LUQUE, 2012) e para subsidiar a formulação de políticas. Através de ferramentas como o Saeb é possível monitorar o desempenho geral das escolas brasileiras, e com isso evidenciar os resultados em relação aos demais países no mundo.

De acordo com o relatório OCDE no Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), os resultados do Brasil permanecem bem atrás da média e da maioria dos países de referência, em todas as disciplinas. Os alunos brasileiros fizeram, em média, 413 pontos em Leitura, 384 pontos em Matemática e 404 pontos em Ciências (OCDE, 2019). As médias da OCDE, nesses três domínios, foram 487, 489 e 489 pontos, respectivamente. O País está bem atrás de economias emergentes de alto desempenho, como Rússia e B-S-J-Z (China). O desempenho do Brasil é bastante semelhante ao de seus vizinhos da América Latina (Latam), mas é mais fraco do que o do Chile, Costa Rica, México e Uruguai.

GRÁFICO 3 – DESEMPENHO DE JOVENS DE 15 ANOS EM LITERATURA, MATEMÁTICA E CIÊNCIAS - PISA 2018



FONTE: Pisa 2018 Results (Volume I): What Students Know and Can Do [Resultados do Pisa 2018 (Volume I): O que os estudantes sabem e conseguem fazer], <https://doi.org/10.1787/5f07c754-en>.

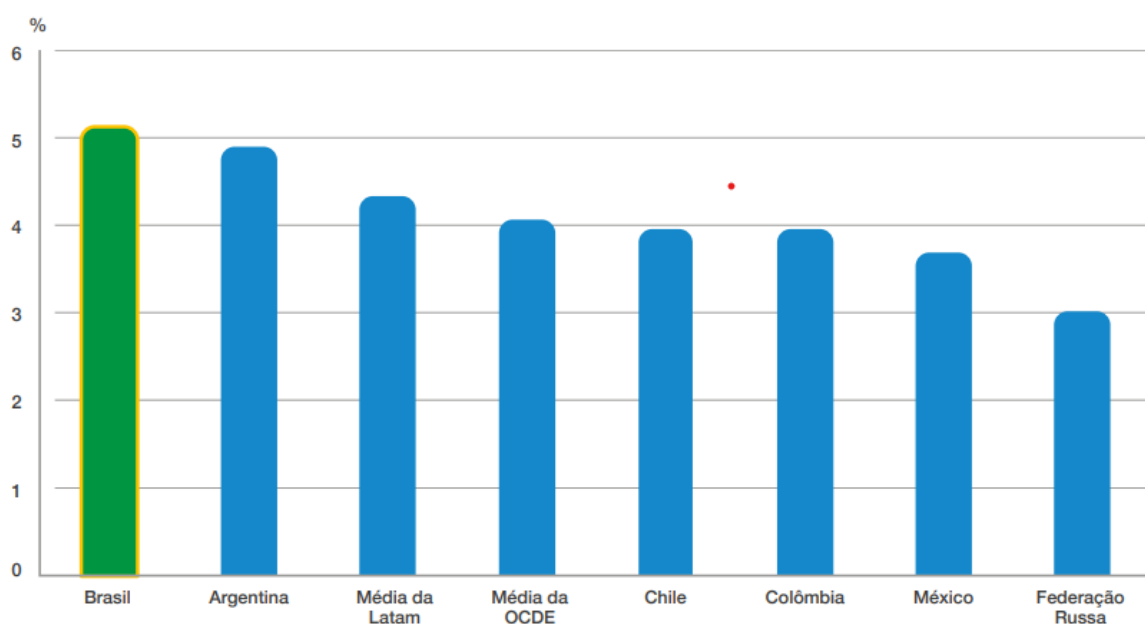
Os resultados do Pisa sugerem melhorias nos resultados de aprendizagem ao se considerar a expansão no atendimento escolar. Houve avanços modestos nas pontuações do Brasil no Pisa desde 2003, principalmente em Matemática. Uma pequena evolução no desempenho médio no contexto de uma rápida expansão do acesso representa uma conquista. Uma estimativa da OCDE, que se concentrou nos 25% dos alunos com melhor desempenho e que provavelmente não serão afetados por mudanças nas taxas de atendimento escolar, sugeriu que o desempenho do Brasil no Pisa tem melhorado em cerca de dez pontos a cada três anos, no caso de Matemática, e um pouco menos no caso de Ciências. Os resultados desta estimativa para as habilidades de Leitura não foram estatisticamente significativos (OCDE, 2019)

É evidente que existe uma correlação entre a situação socioeconômica e os resultados de aprendizagem no Brasil e nas economias emergentes da América Latina do que na maioria dos países da OCDE e de referência. Os dados da ANA 2016 mostram que, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, e usando um indicador de sete grupos de situação socioeconômica das escolas, apenas 23% dos alunos do grupo socioeconômico mais baixo alcançaram níveis adequados de proficiência em Leitura, 40% em Escrita e 25% em Matemática – em comparação com 68%, 86% e 70% dos alunos no grupo socioeconômico mais alto, respectivamente TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2020). Embora ainda não estejam disponíveis dados confiáveis sobre o impacto do fechamento das escolas e da Educação a distância nos resultados de aprendizagem dos alunos brasileiros devido

à pandemia da Covid-19, os estudos preveem que os alunos socioeconomicamente mais vulneráveis ficarão ainda mais defasados em relação aos mais favorecidos.

O governo brasileiro despende grande parte da renda nacional com a Educação, em 2017, os gastos públicos com instituições de ensino básico e superior representaram 5,1% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, em comparação com 4,3% nos países da América Latina e 4% nos países da OCDE. O Plano Nacional de Educação (PNE) inclui a meta de que o investimento do governo na Educação Pública atinja 10% do PIB até 2024 (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2014). Conforme mencionado anteriormente, a Constituição Federal determina níveis mínimos de gastos com Educação por parte dos Estados e Municípios. Até 2017, o Governo Federal também era obrigado a investir, pelo menos, 18% de sua renda em Educação. Embora esses tipos de metas e exigências financeiras tenham ajudado a aumentar os níveis de investimento na Educação e em outros setores sociais, o foco do País nas metas de gastos, independentemente do que eles devem proporcionar em termos de resultados de aprendizagem, pode estar contribuindo para uma ineficiência nos recursos. Entre 2000 e 2015, a parcela dos gastos públicos com o Ensino Fundamental ao Ensino Superior, como porcentagem do gasto total do governo, cresceu de 9,1% para 14,3% (OCDE).

GRÁFICO 4 – GASTOS DO GOVERNO COM INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS (DO ENSINO FUNDAMENTAL AO ENSINO SUPERIOR), COMO PORCENTAGEM DO PIB - 2017



FONTE: Education and Training/Education at a Glance [Educação e Formação/Panorama da Educação], <https://stats.oecd.org/> (acesso em 19 de agosto de 2022).

As evidências da OCDE sugerem que, sem aumentos adicionais no financiamento, será mais difícil para o Brasil melhorar os resultados educacionais. Apesar dos aumentos nos gastos com Educação ao longo dos anos, o Brasil tem apresentado apenas avanços limitados nas avaliações nacionais e internacionais, sugerindo que há maneiras de obter melhores resultados com os recursos que já estão disponíveis.

Apesar da existência de ferramentas que apoiam a transparência e a prestação de contas, a corrupção generalizada prejudica a qualidade da Educação e é onerosa para o sistema. Os recursos financeiros da Educação podem ser mal utilizados ou se tornarem alvo de corrupção (UNESCO; HALLAK E POISSON, 2007). A Educação não é apenas um grande elemento dos gastos públicos, mas é também delegada a várias autoridades locais, às vezes com mecanismos de transparência e responsabilidade financeira limitados ou inadequados (BURNS e KOSTER, 2016; OCDE, 2018). No Brasil, existem diversas ferramentas e processos que registram e divulgam informações sobre o planejamento, a alocação e a execução do financiamento público da Educação. Estão incluídos o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb e o Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (Siope), do FNDE. No entanto, relatórios da Controladoria Geral da União e do Tribunal de Contas da União revelam que a Educação continua sendo alvo frequente de corrupção, com cerca de 60% dos casos de corrupção no País vinculados aos setores de Educação e Saúde (FERRAZ, FINAN e MOREIRA, 2008). A corrupção na Educação pode se manifestar de várias formas, como apropriação indébita de fundos para vantagem pessoal, fraude em licitações ou favorecimento em cargos públicos. No Brasil, a corrupção varia de escândalos amplamente divulgados envolvendo políticos conhecidos a esquemas de pequena escala na nomeação de gestores escolares. Além de desperdiçar recursos públicos, a corrupção afeta a qualidade do ensino e da aprendizagem (FERRAZ, FINAN e MOREIRA, 2012). O desvio de verbas escolares prejudica a infraestrutura e o material educacional da escola e impacta o fornecimento de merenda escolar e a formação de professores. Atrasos ou cortes nos salários também podem diminuir a motivação dos professores e impactar o funcionamento da escola.

De acordo com o relatório da educação no Brasil, 2020, mesmo que o Brasil tenha realizado bons avanços no acesso à Educação, a economia enfraquecida combinada à crise da Covid-19 impõe um grande desafio no próximo passo necessário, que é garantir o acesso à Educação de qualidade para todos os alunos.

6 PROPOSTA DA APLICAÇÃO DO SISTEMA DE VOUCHERS NO BRASIL

Neste tópico do trabalho, o objetivo central é entender se o caminho da oferta privada na educação seria viável após analisar o atual cenário educacional. Visto isso, utilizando como embasamento de dados o Cadernos de Finanças Públicas Vol 18, nº 3 (set-dez/2018) vamos identificar se a aplicação de recursos em educação pública garante a melhoria da qualidade de ensino. As análises apresentadas anteriormente, retratam uma melhoria nos indicadores quantitativos, porém não necessariamente que na última década tenha sido revertido de fato em melhoria de qualidade na educação brasileira.

De acordo com o estudo realizado e registrado pelo relatório do caderno de finanças públicas, vamos verificar se o programa de vouchers para educação básica poderia ser um caminho alternativo a ser tentado no Brasil, com o objetivo de se melhorar a qualidade do ensino, sem a necessidade de um aumento de recursos nesse setor. Inicialmente é proposto a realização de um programa-piloto de vouchers para a educação básica no Brasil, que combine a particularidade de liberdade de escolha das famílias com o elemento de equidade, a partir da participação financeira por parte do Estado, de maneira proporcional à renda per capita familiar.

Para que o programa de vouchers educacionais tenha sucesso, o Estado deve se limitar a repassar o valor do voucher para as famílias, sem estabelecer regras ou condicionantes muito detalhadas para as escolas ou para as famílias. A análise de experiências anteriores, como as realizadas no Chile e na Colômbia, indica que o excesso de regras governamentais parece ter sido justamente a razão para que os sistemas de vouchers não tenham atingido plenamente os objetivos pretendidos. Uma vez repassado o recurso para as famílias, elas devem ser livres não apenas para escolher a escola que desejarem, mas também, poder complementar o valor da mensalidade, caso optem por escolas mais caras do que o

valor do voucher. Dessa forma, as escolas também devem estar livres para negociar preços e condições com as famílias. Dessa maneira os mecanismos de livre mercado poderão promover uma competição entre as diversas escolas e possibilitar a ocorrência de lucros apenas marginais para os ofertantes, que devem estar em permanente competição, o que é próprio de um mercado com ampla concorrência. Visto isso, é possível iniciar o plano orçamentário para um programa de vouchers para a educação básica no Brasil, a partir do cálculo do investimento público direto. De acordo com os dados do IBGE, em 2014, o custo anual por aluno na educação básica era de R \$5.935. Ao dividir esse montante em 12 parcelas, obteve-se uma média mensal de R \$494,58 na época. Esse valor seria a base distribuída na criação de um sistema de vouchers educacionais, mas por motivo de facilitador do cálculo o estudo arredondou o valor para R \$500 mensais, voltado para as famílias de menor renda. Não é necessário que todos os vouchers sejam de valor integral. Famílias do primeiro quintil de renda receberam o valor integral, enquanto as do último quintil não seriam elegíveis para receber o voucher. Nas faixas intermediárias de renda, os valores dos vouchers seriam escalonados: 75% (R\$375) para o segundo quintil; 50% (R\$250) para o terceiro quintil; e 25% (R\$175) para o quarto quintil.

Para se calcular os universos populacionais de cada faixa de renda, são utilizados os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, realizada anualmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

A partir da distribuição por faixas de renda, seria possível escalonar um programa para financiar integralmente os estudos dos estudantes mais pobres e progressivamente os estudantes de faixas intermediárias. A título de exemplo, ao separar como público-alvo um contingente de 1 milhão de alunos matriculados na rede pública, o montante despendido pelo poder público para custear a educação deste grupo representaria um total de R\$ 500 milhões mensais. Se fossem oferecidos vouchers integrais no valor de R\$ 500 para 39,5% desse grupo de alunos, que representam o percentual de alunos do 1º quintil de renda no ensino fundamental, a despesa para esta faixa de renda somaria R\$ 197,5 milhões. Para os 27,9% dos alunos que pertencem ao 2º quartil de renda, o voucher unitário seria de R\$ 375, o que representaria um total de R\$ 104,625 milhões para a faixa. Para o 3º quintil, 16,9% dos alunos receberiam um voucher de 50%, ou seja, R\$ 250, perfazendo um total de 42,25 milhões para essa faixa. Os alunos do 4º quintil receberiam uma ajuda menor: R\$ 125 mensais, apenas como complemento,

chegando a um total de R\$ 14,125 milhões mensais. Já os alunos do 1º quintil de renda (4,3% do total) não seriam elegíveis para o programa. Com esse modelo, seria possível atender 956 mil alunos. Com um custo mensal de R\$ 358,5 milhões, o valor por aluno seria de R\$ 375. Se fosse utilizado integralmente o total de R\$ 500 milhões separados inicialmente, seria possível atender a 1,333 milhão de alunos, ou seja, 33,3% a mais do que o grupo original na rede pública.

É claro que o programa deve ser apenas para aquelas famílias que prefeririam matricular seus filhos na rede privada, mesmo levando-se em conta que alguns deles deverão cofinanciar parte do valor das matrículas, a depender de sua faixa de renda. Porém, este seria um modelo mais equitativo, com os mais ricos contribuindo para financiar a educação dos mais pobres, uma vez que o financiamento do programa se daria por recursos tributários despendidos pela sociedade como um todo e os beneficiários receberiam valores diferenciados a partir de sua condição de renda. Desenhar um programa focalizado, que ajude mais a quem mais precisa, tem duas vantagens: atende um número maior de estudantes com o mesmo montante de recursos e ainda gera um efeito positivo em termos da sensação de coparticipação para aqueles que dispõem de ajuda parcial. Do ponto de vista operacional, seria possível criar um programa de vouchers para a educação básica a partir do remanejamento de recursos utilizados como complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Como o valor do Fundeb é calculado por aluno, um eventual programa-piloto que implicasse a migração de parte dos alunos da rede pública para a rede privada poderia ser acompanhado de um proporcional remanejamento de recursos do Fundeb para esse possível programa. Dessa forma, seria possível criar uma estratégia para se melhorar a qualidade da educação básica, por meio da ampliação da participação do setor privado, sem que isso representasse qualquer aumento no volume de recursos públicos destinado à educação.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A efetividade da aplicação do sistema de vouchers educacionais, como uma política pública educacional, é tema que gera amplo debate. Como discutido nesta pesquisa, há argumentos tanto para defendê-los como criticá-los. Temas como segregação dos estudantes, levantados nos estudos de Elacqua (2011), Cosse (2003) e Neilson (2013), merecem um debate sério sobre seus impactos na vida educacional dos estudantes. As Políticas de vouchers direcionadas a estudantes de nível socioeconômico baixo, semelhantes à política aplicada no Chile em 2008, devem ser discutidas e avaliadas, a fim de mitigar os efeitos da segregação observados em alunos de nível socioeconômico baixo (ELACQUA, 2011). A discussão central foi entender o funcionamento do sistema de vouchers levando em consideração os estudos de casos aplicados no Chile e Colômbia, e a partir da análise da literatura observar como essa política pública afetou o sistema educacional desses países. Além disso, a proposta também contemplava a análise de dados educacionais no Brasil, que nos permitissem avaliar o panorama do desempenho que os alunos de escolas públicas e privadas apresentam em testes de desempenho acadêmico, como o PISA. Com base nos dados coletados do PISA, é possível concluir que o desempenho dos alunos de escolas financiadas por vouchers educacionais é visivelmente superior ao dos alunos de escolas públicas, com isso fica claro que esses alunos estão recebendo uma educação de melhor qualidade e conseqüentemente apresentam melhores resultados nas três disciplinas cobradas na prova do PISA (matemática, ciências e leitura).

No Chile observamos que o desempenho dos alunos de escolas privadas financiadas por vouchers vem crescendo nas últimas décadas, assim como os alunos de escolas públicas. A melhora no desempenho dos alunos de escolas públicas nos períodos analisados nas provas do PISA e SIMCE traz um contraponto interessante a um dos questionamentos realizados quanto à proposta dos vouchers educacionais, apontados no estudo de Misra; Grimes; Rogers, 2012, de que a migração de alunos de escolas públicas para escolas privadas financiadas por vouchers faria o desempenho de alunos de escolas públicas piorar.

Este estudo mostrou de uma forma simplificada que tendo como referência o avanço quantitativo dos índices de rendimento escolar no Brasil a implantação do

sistema de voucher pode ser viável se apenas considerado questões econômicas, descartando as restrições existentes do ponto de vista legal. Porém é de extrema importância levar em consideração as questões sociais e de bem estar dos alunos. Por isso junto a viabilidade econômica de implementação do sistema de voucher surgem os problemas centrais, que seriam a segregação de classes econômicas, o aumento da mensalidade das instituições privadas e também a possibilidade de corrupção que atualmente no Brasil já é altamente discutida e comprovada.

A constante avaliação e acompanhamento sobre os vouchers é necessária para comprovar a efetividade da implementação deste sistema e poder prever possíveis efeitos de desenvolvimento no crescimento econômico.

O mercado de trabalho também é impactado através da educação de um país, pois pode dessa forma melhorar a capacitação dos futuros trabalhadores, fazendo com que o trabalho se torne mais produtivo.

Por fim, antes de implementar o sistema é necessário considerar uma série de questões globais e nacionais, incluindo a pandemia da Covid-19 e uma longa recessão econômica, que aumentou a atenção voltada ao uso e à alocação de recursos para a Educação. Garantir que eles sejam utilizados de forma eficiente para apoiar a aprendizagem e distribuídos de forma equitativa para atender às diferentes necessidades dos alunos exigirá atenção.

REFERÊNCIAS

AEDO, C.; SAPELLI, C. **El sistema de vouchers en la educación: una revisión de la teoría y la evidencia empírica para Chile**. Estudios Públicos, Junio 2001.

ARENA, Alberto **"Privation and voucher in Colombia and Chile"** *Internacional Review of Education*, 2004.

Balancing school choice and equity: an international perspective based on PISA. Paris: OECD Publishing, 2019.

BARROS, R. P.; FRANCO, S.; MENDONÇA, R. **A recente queda na desigualdade de renda e o acelerado progresso educacional brasileiro da última década**. Rio de Janeiro: Ipea, 2007.

BARROS, R.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. **Pelo fim das décadas perdidas: educação e desenvolvimento sustentado no Brasil**. Texto para Discussão, IPEA, Rio de Janeiro, n. 857, 2002.

BARRO, R. J.; LEE, J. W. **A new data set of educational attainment in the world, 1950-2010**. *Journal of Development Economics*, v. 104, p. 184-198, 2010.

BECKER, G. S. **Investment in human capital: a theoretical analysis**. *The Journal of Political Economy*, v. 70, p. 9-49, out. 1962.

BRUNS, B.; EVANS, D.; LUQUE, J. **Achieving world-class education in Brazil: the next agenda**. World Bank, 2012. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/2383>. Acesso em: 18/05/2022.

Burns, T. e F. Köster (2016), **Governing Education in a Complex World [A Governança na Educação em um Mundo Complexo]**, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/9789264255364-en>. Acesso em: 18/05/2022

CARNOY, Martin. **National Voucher Plans in Chile and Sweedn: Did Privatization Reforms Make for Better Education? Comparative Education Review**. Chicago. Ago. 1998. Disponível em: . Acesso em: 21/08/2022.

CARVALHO, José Murilo de. 2005 (2001). **Cidadania no Brasil – o longo caminho**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

COSSE, G. **Voucher educacional: nova e discutível panacéia para a América Latina**. Cadernos de Pesquisa, nº 118, março 2003. **Latina**. Cadernos de Pesquisa, nº 118, março 2003.

Contribuições acadêmicas para a política de subsídios da União / Escola de Fazendária. Brasília: Esaf, 2018. 344 p.: il. color ;

Education and Training/Education at a Glance [Educação e Formação/Panorama da Educação], <https://stats.oecd.org/>. Acesso em 19 de agosto de 2022.

DUARTE, Clarice Seixas. **A Educação como um direito fundamental de natureza social**. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 691-713, out. 2007. Disponível em . Acesso em: 22/08/2022.

ELACQUA, Gregory. **The impact of school choice and public policy on segregation: Evidence from Chile**. International Journal of Educational Development. 2012. Vol. 32. Pág. 444-453. Disponível em: < www.elsevier.com/locate/ijedudev>. Acesso em: 27/08/2022.

EPPLE, Dennis; ROMANO, Richard. **Competition Between Private and Public Schools, Vouchers, and Peer-Group Effects**. The American Economic Review. 1998. Vol. 88. Pág. 33-62. Disponível em: Acesso em: 15/08/2022.

EPPLE, Denis; ROMANO, Richard; URQUIOLA, Miguel. **School Vouchers: A Survey of the Economics Literature**. Journal of Economics Literature. 2017. Vol. 55. Pag 441- 492. Acesso em 21/08/2022.

Ferraz, C., Finan, F., & Moreira, D. (2008). **Corrupção, má gestão, e desempenho educacional: evidências a partir da fiscalização dos municípios**. In Anais do 36 Encontro Nacional de Economia.

Ferraz, C., Finan, F., & Moreira, D. (2012). **Corrupting learning: evidence from missing federal education funds in Brazil**. Journal of Public Economics, 96(9), 712-726.

FRIEDMAN, M. **The role of government in education**. A. Solo (ed.), Economics and the Public Interest, New Brunswick, NJ, Rutgers University Press, 123-44, 1955.

HANUSHEK, E. A. **Economic growth in developing countries: the role of human capital**. Economics of Education Review. v. 37, p. 204-212, 2013.

HANUSHEK, E.A. **Incentives for Efficiency and Equity in the School System.** *Perspektiven der Wirtschaftspolitik*, v. 9, p. 5-27, 2008.

HANUSHEK, E. A.; KIMKO, D. D. **Schooling, Labor Force Quality and the Growth of Nations.** *American Economic Review*, v. 90, n. 5, p. 1184-1208, 2000.

HANUSHEK, E. A; WOBMANN, L. **Education and Economic Growth.** *International Encyclopedia of Education*, v. 2, p. 245-252, 2010. HSIEH, C.T.; URQUIOLA, M. **The effects of generalized school choice on achievement and stratification: evidence from Chile's voucher program.** *Journal of Public Economics*, v. 90, n. 8-9, p. 1477-1503, 2006.

HSIEH, C. T.; URQUIOLA, M. **When schools compete, how do they compete? An Assessment of Chile's nationwide school voucher program.** Working Paper n° 45. Cambridge, MA: Bureau for Research in Economic Analysis and Development, 2003.

HOFFMANN, R. **Distribuição de renda e crescimento econômico.** *Estudos Avançados*, v. 15, n. 41, 2001

Hoxby, Caroline M. (2006): **Economics of education, NBER Reporter Online, National Bureau of Economic Research (NBER)**, Cambridge, MA, Iss. Fall 2006, pp. 1-6. Acesso em: 18/08/2022.

IBGE (s.d.), **Produto Interno Bruto - PIB**, <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acesso em 12/08/2022.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2016). **Brasil no PISA 2015: análises e reflexões sobre o desempenho dos estudantes brasileiros.** Disponível em: http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/resultados/2015/pisa2015_completo_final_baixa.pdf. Acesso em: 02/09/2022

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2014). **Indicadores financeiros educacionais.** Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/indicadores-financeiros-educacionais>. Acesso em: 12/08/2022

IORIO, U. J. **Ação, tempo e conhecimento: a Escola Austríaca de Economia.** São Paulo: Instituto Ludwig von Mises. Brasil, 2011.

LANGONI, C. G. **Distribuição da renda: uma versão para a minoria.** *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 4, p.167-180, 1974.

MANKIW, Gregory N. **Introdução à Economia**. São Paulo. Editora Thomson, 2006.

MENEZES-FILHO, N. A. **A evolução da educação no Brasil e seu impacto no mercado de trabalho**. Instituto Futuro Brasil, 2001.

MENEZES-FILHO, N. A. **Os Determinantes do Desempenho Escolar do Brasil**. Instituto Futuro Brasil. São Paulo: Ibmecc-SP e FEA-USP, 2008.

MUSSET, Pauline. **School Choice and Equity: current policies in OECD countries and a literature review**. OECD Directorate for Education Working Paper n. 66. EDU/WKP, n. 3, 2012

NECHYBA, Thomas. **School Finance Induced Migration and Stratification Patterns: The Impact of Private School Vouchers**. Journal of Public Economic Theory. 1999 Vol.1. Pág 5-50. Disponível em: Acesso em: 15/08/2022.

NEILSON, Christopher. **Targeted vouchers, competition among schools, and the academic achievement of poor students**. New Haven. 2013. Acesso em: 17/08/2022.

OCDE (2020), **OECD Economic Surveys: Brazil 2020 [Relatórios Econômicos OCDE:Brasil 2020]**, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/250240ad-en>. Acesso em: 12/08/2022.

OCDE (2017), **The Funding of School Education: Connecting Resources and Learning [O Financiamento da Educação Escolar: Como Conectar os Recursos à Aprendizagem]**, OECD Reviews of School Resources, OECD Publishing, Paris, [https:// dx.doi.org/10.1787/9789264276147-en](https://dx.doi.org/10.1787/9789264276147-en).

OCDE. **Public and Private Schools: How Management and Funding Relate to their Socio-economic Profile**. Paris: OECD Publishing, 2012.

OECD. **Brazil Country Note – Results from PISA 2015**. Paris: OECD Publishing, 2016a.

OECD. **Education at a Glance 2016: OECD Indicators**. Paris: OECD Publishing, 2016b.

OECD (2021), **Education Policy Outlook: Brasil — com foco em políticas internacionais**, disponível em: <https://www.oecd.org/education/policy-outlook/country-profile-Brazil-2021-INT-PT.pdf>. Acesso em: 02/09/2022

OECD. **PISA 2015 Results (Volume I): Excellence and Equity in Education**. Paris: PISA, OECD Publishing, 2016c

PALMER, Noel T. **The Importance of Economic Growth**. Disponível em:

<<http://www.cpaireland.ie/docs/default-source/Students/Study-Support/P1-Managerial-Finance/the-importance-of-economic-growth.pdf?sfvrsn=0>> acesso em 08/04/2022

Pisa 2018 Results (Volume I): **What Students Know and Can Do [Resultados do Pisa 2018 (Volume I): O que os estudantes sabem e conseguem fazer]**,

SANDSTROM, Mikael; BERGSTROM, Frederik. **School vouchers in practice: competition will not hurt you. Journal of Public Economics**. Stockholm. 2005. Vol. 89. Pag.351-380. Disponível em <<https://www.elsevier.com/social-sciences/economics-andfinance>> Acesso em: 12/05/2022.

Santos, R., Marcos. Cadernos de Finanças Públicas Vol 18, nº 3 (set-dez/2018). **Vouchers para a educação no Brasil**. Acesso em: 11/08/2022.

School choice and school vouchers: an OECD perspective. Directorate for Education and Skills/ UNESCO. Paris: OECD Publishing, 2017.

SCHULTZ, T. W. **Capital formation by education**. Journal of political economy, Chicago, v. 68, n. 6, p. 571-583, dez. 1960.

SYLWESTER, K. **Can education expenditures reduce income inequality? Economics of Education Review**, v. 21, n. 1. p. 43-52, 2002.

UNESCO (2008). **Relatório de Monitoramento de Educação para todo no Brasil 2008. Educação para todos em 2015. Alcançaremos a meta?**

Universidad de Chile (1996). **“Evaluación del Marco Institucional de la Educación Media Técnico-Profesional”**. Mimeo, Ministerio de Educación (MINEDUC).

VELOSO, F. **A evolução recente e propostas para melhoria da educação no Brasil**. In: BACHA, Edmar Lisboa; SCHWARTZMAN, S. (Orgs.). Brasil: a nova agenda social. Rio de Janeiro: LTC, 2011. p. 215-253.

CASTRO, Maria Helena de Magalhães; LEITE, Elenice Monteiro. **Educação no Brasil: atrasos, conquistas e desafios** (2006). Disponível em <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3062>>. Acesso em: 10/12/2022